



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2022

### CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL

O **MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.862/0001-77, com sede administrativa na Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, na cidade de Córrego Fundo/MG, por intermédio do (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação, devidamente nomeado pela Portaria nº 68/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização do processo de **CREDCIAMENTO DE LEILOEIRO(A)(S)** para a **prestação dos serviços de avaliação e alienação de bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Córrego Fundo/MG**, mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam à Constituição Federal de 1988; Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações; pela Lei nº 8.934/94; pelos Decretos Federais nº 21.981/32 e 1.800/96; pela Instrução Normativa nº 113 de 28 de abril de 2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC); observadas as alterações introduzidas nos referidos diplomas normativos.

#### DA SESSÃO PÚBLICA E INÍCIO DA ABERTURA DO CREDENCIAMENTO:

O envelope de “Credenciamento” do(a)s leiloeiro(a)s interessado(a)s em participar deste credenciamento deverá ser protocolado ou enviado por correspondência com AR, no Setor de Licitação da Município de Córrego Fundo/MG, na Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, Centro, CEP 35.568-000, no período compreendido entre a data de publicação do aviso deste edital e o dia 23/06/2022, até às 12h30min (doze horas e trinta minutos).

A abertura do envelope e o procedimento de credenciamento serão realizados no dia 23/06/2022 às 12h30min (doze horas e trinta minutos) na sala de licitações da Município de Córrego Fundo/MG, situada no endereço acima.

Para consulta e conhecimento dos interessados, o edital permanecerá disponível no site oficial [www.corregofundo.mg.gov.br](http://www.corregofundo.mg.gov.br), bem como poderá ser obtido através do e-mail [pregoescorregofundo@gmail.com](mailto:pregoescorregofundo@gmail.com) ou através de requerimento dirigido ao Setor de Compras, Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, Mizael Bernardes, Córrego Fundo/MG.

Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados independente de republicação do extrato do aviso do Diário oficial. Inclui-se nesta regra a suspensão do expediente presencial na Administração Pública Municipal em função de Decreto Municipal que determina normas para contenção da disseminação do vírus COVID 19.

#### 1 - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Edital o credenciamento de leiloeiros para prestação dos serviços de avaliação e alienação de bens móveis inservíveis, de propriedade do Município De Córrego Fundo/MG, pelo período de 12 (doze) meses, por meio de licitação na modalidade de leilão público, online e/ou presencial, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.



## MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

1.1.1. O leiloeiro (a) interessado (a) deverá possuir sistema informatizado que o (a) permita realizar o leilão *online*, via web browser (Internet) em tempo real, com estrutura para realizar, simultaneamente o leilão de forma presencial, se esta condição se mostrar vantajosa para a Administração, para ampliação do número interessados, caso em que a realização de leilão, na forma presencial, será solicitada e justificada.

## 2 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DO TERMO DE REFERÊNCIA:

2.1. A escolha dos(as) Leiloeiros(as) Oficiais através do procedimento de CREDENCIAMENTO é fundamental para que o Município de Córrego Fundo/MG possa realizar o Leilão de bens móveis inservíveis.

2.2. Nesse sentido, o CREDENCIAMENTO, para posterior sorteio entre os(as) leiloeiros(as), torna-se a alternativa mais viável para que sejam cumpridos os princípios da isonomia, da igualdade e da impessoalidade.

2.3. A contratação de leiloeiro enquadra-se em hipótese de Inexigibilidade de Licitação, prevista no artigo 25 da Lei 8.666/93, por se caracterizar pela ausência de competição, impossibilitando, assim, a abertura de certame licitatório. No caso em questão, todos os leiloeiros matriculados no Estado podem oferecer o serviço, porém, é impossível para a Administração escolher a proposta mais vantajosa, uma vez que a taxa de comissão dos contratados é fixa, estabelecida pelo Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

2.4. O Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Fazenda, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

## 3 – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:

3.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento deverão ser enviados ao (a) Presidente da Comissão Permanente, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública por meio eletrônico no e-mail [pregoescorregofundo@gmail.com](mailto:pregoescorregofundo@gmail.com) ou ainda protocolados no Setor de Licitações.

3.2 Qualquer cidadão ou licitante poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade nos termos do Art. 41 da Lei 8.666/93. A impugnação deverá ser protocolada no Setor de Licitações, na Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, Bairro Centro, CEP 35.568-00 na cidade de Córrego Fundo/MG ou por e-mail [pregoescorregofundo@gmail.com](mailto:pregoescorregofundo@gmail.com), cabendo ao (a) Presidente da CPL decidir sobre a impugnação nos termos da Lei.

3.3 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, até o trânsito em julgado a ele pertinente.

3.4 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, desde que a alteração proferida implique em alteração substancial das propostas.

## 4 – DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO:



## MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

4.1. Poderão participar deste Credenciamento os(as) leiloeiros(as), na condição de pessoas físicas, devidamente inscritos(as) na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, de acordo com o art. 3º da Instrução Normativa DNRC nº 110/2009, e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos.

4.2. Não poderão participar do Credenciamento:

4.2.1. Servidor (ocupante de cargo efetivo, cargo ou função em comissão) do Município de Córrego Fundo/MG;

4.2.2. Leiloeiro(a) com parentesco até o segundo grau de servidores do Município de Córrego Fundo/MG;

4.2.3. Leiloeiro(a) que tenha sido declarado(a) inidôneo(a) para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

4.2.4. Com o direito suspenso de participar de licitação e impedido(a) de contratar com o Município de Córrego Fundo;

4.2.5. Estiver com a matrícula de Leiloeiro(a) Oficial suspensa na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

4.3. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do(a) interessado(a), que pelo descumprimento, se sujeita às penalidades previstas neste edital.

4.3. A simples participação neste credenciamento implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas e disposições legais pertinentes e aplicáveis à espécie.

## **5 - DA ENTREGA / ENVIO DO ENVELOPE COM DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

5.1. O envelope de "Credenciamento" do(a)(s) leiloeiro(a)(s) interessado(a)(s) em participar deste credenciamento deverá ser protocolado ou enviado por correspondência com AR, no Setor de Licitação da Prefeitura de Córrego Fundo/MG, na Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, Centro, CEP 35.568-000, no período compreendido entre a data de publicação do aviso deste edital e o dia 23/06/2022, até às 12h30min (doze horas e trinta minutos).

5.2. A abertura do envelope e o procedimento de credenciamento serão realizados no dia 23/06/2022 às 12h30min (doze horas e trinta minutos), na sala de licitações da Prefeitura de Córrego Fundo/MG, situada no endereço indicado no subitem 5.1.

## **6 - DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO:**

6.1. Caso queira, o interessado poderá credenciar e nomear uma pessoa para representá-la no certame, e para tanto deverá apresentar perante a Comissão Permanente de Licitação, juntamente com seus documentos habilitatórios, PROCURAÇÃO (modelo do Anexo I), carteira de identidade ou outro documento equivalente.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

6.1.1. Em se tratando de instrumento particular de procuração, esta **deverá ser apresentada com firma reconhecida**<sup>1</sup> nos termos da Lei 13.726/18.

6.1.2. Não serão aceitas procurações que contenham poderes amplos, que não contemplem claramente o presente credenciamento ou que se refiram a outros procedimentos, processos de Credenciamento, licitações ou tarefas.

6.2. O(A) interessado(a) pessoa física deverá apresentar perante a Comissão Permanente de Licitação, juntamente com seus documentos habilitatórios, carteira de identidade ou outro documento equivalente.

6.2.1. Os documentos de representação dos interessados serão retidos pela Comissão Permanente de Licitações e juntados ao processo de credenciamento.

6.3. Será admitido no máximo 01 (um) representante credenciado por cada interessado(a) em participar deste credenciamento.

6.3.1. A qualquer momento durante o processo de Credenciamento, o(a) interessado(a) poderá substituir o seu representante credenciado desde que observados os procedimentos contidos neste item 6.

6.4. Os(as) interessados(as) que, não estando presentes na sessão e sem representante não poderá(ão) consignar suas observações, rubricar documentos, nem praticar os demais atos pertinentes ao credenciamento, no entanto, a presença do interessado e/ou de seu representante não é obrigatória.

6.5. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um(a) interessado(a) neste credenciamento, sob pena de exclusão sumária de todos os interessados por eles representados.

## **7 - DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CREDENCIAMENTO:**

7.1. O envelope contendo a documentação referente ao Credenciamento deverá ser lacrado, não transparente, contendo em sua face externa os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO**

**CREDCIAMENTO Nº 002/2022**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**LEILOEIRO(A):** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL:** \_\_\_\_\_ **TELEFONES:** \_\_\_\_\_

<sup>1</sup> **NOTA EXPLICATIVA:** nos termos da Lei 13.726/18, é dispensada a exigência de: I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, **confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário**, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

7.1.1. O(a)s leiloeiro(a)s interessado(a)s em participar do presente certame deverá(ão) apresentar os seguintes documentos, em vigor na data da abertura da Sessão Pública de Credenciamento:

- a) **Requerimento** de Credenciamento, conforme modelo do Anexo II do Edital;
- b) **Cédula de Identidade e/ou documento equivalente;**
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);
- d) **Comprovante de endereço;**
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de **regularidade trabalhista**, mediante certidão negativa ou outra equivalente, na forma da lei;
- g) **Atestado de Capacidade Técnica do (s) profissional (s) leiloeiro (a)** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter o licitante prestado serviços com características técnicas semelhantes às descritas no Termo de Referência;
- h) **Certidão Civil** Negativa Judicial ou Certidão Negativa específica de ações patrimoniais, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública do credenciamento, se outro prazo não for definido na própria certidão.
- i) **Prova de matrícula na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e situação de regularidade para o exercício da profissão**, nos termos do Decreto Federal número 21.981, de 19/10/1932, e da Instrução Normativa número 113, de 28 de abril de 2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC);
- j) **Declaração** de Inexistência de Fato Impeditivo para Habilitação, em conformidade com o Art. 78, XVII da Lei nº. 8666/93, (Anexo III);
- k) **Declaração** de situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme inciso V, art. 27 da Lei 8.666/9, (Anexo IV).
- l) **Declaração** de que não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensa do direito de licitar ou contratar com o Município de Córrego Fundo/MG, (Anexo V);
- m) **Declaração** de que está em situação regular para o exercício da profissão, (Anexo VI);
- n) **Declaração** de conhecimento do edital, (Anexo VII);
- o) **Declaração** que não pertence ao quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo vedado pelo Art. 9º da Lei 8666/93, (Anexo IX);

## 8 - INABILITAÇÃO DO(A) INTERESSADO(A) E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:

8.1. Será inabilitado(a) o(a) interessado(a) que:

- 8.1.1 Deixar de apresentar qualquer um dos documentos relacionados a **documentação exigida para o credenciamento**, constante do presente Edital;
- 8.1.2 Apresentar os documentos em desacordo com as exigências do presente Edital;



**MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO**

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

8.2. Serão aceitas como provas de regularidade para com as Fazendas certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;

8.3. A apresentação dos documentos exigidos neste edital com prazo de validade vencido na data da abertura do Envelope do Credenciamento, importará na inabilitação, não sendo tal falta supérvel por protocolo de solicitação dos mesmos.

8.4. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

8.5. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da emissão, salvo disposição contrária em lei e neste edital.

8.6. Os documentos exigidos no credenciamento poderão ser apresentados:

8.6.1. Em cópia simples desde que acompanhadas do original.

8.6.2. Em cópia autenticada em cartório (por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais).

8.6.3. Em publicações em órgão da Imprensa Oficial, desde que perfeitamente legíveis.

8.7. Os documentos apresentados em cópias simples, acompanhados dos originais, poderão ser autenticados antes ou durante as sessões de licitação por membros da Comissão Permanente de Licitação, Equipe de Apoio ou por funcionários efetivos da Administração Pública Municipal.

8.8. Se no curso da sessão, na fase de habilitação for constado documentos sem autenticação, poderá o(a) Presidente da CPL autenticá-lo mediante apresentação dos originais pelo representante presente.

8.9. Se no decorrer da sessão pública deste credenciamento for apresentado algum documento sem a assinatura do interessado no certame, estando o mesmo presente poderá assinar na presença do(a) Presidente da CPL e demais presentes, caso em que deverá ser constado na ata da sessão. A manifestação por meio de protocolo dos documentos para credenciamento, bem como, a presença do interessado e/ou representante na sessão presume-se a manifestação de seu interesse e anuência ao que determina o edital, exceto casos de expressa manifestação em contrário.

## **9 – DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO PÚBLICA:**

9.1. A sessão para recebimento e abertura do envelope e respectivo julgamento, será pública e iniciada na data e hora apazadas, constantes deste Edital, e será dirigida pelo (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação, sendo realizada de acordo com o que prescreve o presente Edital e as leis descritas no preâmbulo deste Edital.

9.2. Declarada a abertura da sessão pelo (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início a abertura dos envelopes apresentados pelos proponentes.





MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

9.3. A Comissão abrirá os envelopes lacrados referidos no item 7 - **Da Documentação exigida para o credenciamento**, e após verificados seus conteúdos, serão rubricados por todos os presentes.

9.4. Após a rubrica a Comissão efetuará a análise da documentação apresentada nos termos deste Edital e da legislação que disciplina a matéria, cujo resultado, proferido após as diligências eventualmente necessárias, será registrado na Ata.

9.5. A Comissão Permanente de Licitação poderá suspender a Sessão para posterior análise da documentação e julgamento dos pedidos de credenciamento, à vista do volume de pedidos de credenciamento, designando na Sessão, devidamente lavrada em Ata, uma nova data para continuidade dos trabalhos.

**9.6. Do Julgamento da Documentação exigida no item 7:**

9.6.1 O julgamento será efetuado de acordo com os requisitos previstos neste Edital, e será considerado habilitado(a) o(a) Leiloeiro(a) Oficial que apresentar o requerimento, as declarações, e a documentação necessária à habilitação, constante no item 7, dentro do prazo de validade.

9.6.2 Será considerado inabilitado(a) o(a) Leiloeiro(a) Oficial que deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la com vícios/defeitos, contrariar qualquer exigência contida neste Edital, ou cujos documentos estiverem com prazo(s) de validade expirado(s).

9.6.3 Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo, a idoneidade do documento, ou não impeça o seu entendimento.

9.7. Será lavrada Ata que conterà o registro das principais ocorrências da Sessão.

9.8. A Comissão Permanente de Licitação, após análise da documentação dos participantes e verificada a sua regularidade, elaborará uma lista de habilitados e procederá ao sorteio, sendo que logo após a Comissão elaborará o rol de credenciados, tendo em vista que a relação numerada obedecerá ao critério de ordem do mesmo. O rol de credenciados poderá constar da própria ata se o sorteio ocorrer no mesmo dia da sessão.

9.9. A relação numerada de Leiloeiros(as) Oficiais credenciados será utilizada para convocação dos(as) mesmos(as) para assinatura do contrato e prestação dos serviços ao longo do período de vigência do credenciamento, sendo que, **para cada leilão será convocado um leiloeiro**, conforme ordem de **SORTEIO**.

9.10. O(A) Leiloeiro(a) que rejeitar a designação, ou tiver sido suspenso(a)/impedido(a) de realizar leilões, perderá a sua vez, situação em que será chamado o(a) próximo(a) na ordem de **SORTEIO**.

9.11. Havendo descredenciamento de Leiloeiro(a), sua posição será ocupada pelo(a) próximo(a) na ordem de **SORTEIO**.

**10 – DOS RECURSOS:**

10.1. Das decisões da Comissão Permanente de Licitação, de inabilitação do participante ou de elaboração da lista dos credenciados após o **SORTEIO** caberá recurso a ser interposto no prazo de 05



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

(cinco) dias úteis, contados da sessão pública de sorteio e lavratura da ata, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

10.1.1 Para fins de publicidade da ata, a mesma será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Córrego Fundo e poderá ainda ser enviada a todos os interessados, mediante solicitação no e-mail institucional [pregoescorregofundo@gmail.com](mailto:pregoescorregofundo@gmail.com).

10.2. O recurso será dirigido ao (a) Presidente da CPL, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

10.2.1 O recurso poderá ser enviado pelo email institucional [pregoescorregofundo@gmail.com](mailto:pregoescorregofundo@gmail.com) caso em que, o interessado deve confirmar o recebimento.

10.3. Interposto o recurso será comunicado, via email, aos demais licitantes que, se desejarem, poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.4. Durante o prazo previsto para interposição dos recursos, a CPL abrirá vista de todo o processo aos interessados, facultada a extração de cópia às expensas do solicitante.

10.5. Decorrido o prazo recursal ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, a divulgação do Rol de leiloeiro(a) Oficial sorteado(a), respeitando a ordem de classificação, será homologada pela Autoridade competente e publicado Diário Oficial do Município de Córrego Fundo-MG.

## 11 – DO CONTRATO:

11.1. Concluído e homologado o **SORTEIO**, o(a) leiloeiro(a) credenciado(a), obedecida a ordem de **SORTEIO**, será convocado(a) para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, conforme Minuta constante no Anexo VIII deste Edital.

11.2. Os serviços serão executados pelo(a) Leiloeiro(a) Oficial, no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço, no local determinado pela Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Fazenda.

11.3. O(A) Leiloeiro(a) Oficial Sorteado(a) deverá comparecer para celebrar o Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal, que poderá ser efetuada, preferencialmente, no dia do **SORTEIO** pessoalmente ou por correio eletrônico e/ou poderá ser efetuada ainda por notificação pessoal e através de publicação no Diário Oficial do Município de Córrego Fundo/MG.

11.4. Quando o(a) Leiloeiro(a) Oficial sorteado(a) convocado(a) para celebrar o Contrato não comparecer no prazo determinado, será convocado(a) o(a) leiloeiro(a) que foi sorteado(a) a seguir, constante da lista resultante deste procedimento.





## MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

11.5. A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento e o chamamento de outro(a) Leiloeiro(a) na ordem de **SORTEIO**, sem prejuízo da Contratante.

11.6. Se entre a data da apresentação da documentação completa e a data prevista para a assinatura do Contrato decorrer lapso superior a 15 (quinze) dias, o(a) Leiloeiro(a) Oficial deverá, para assinatura do referido instrumento, declarar que mantém as mesmas condições exigidas para o Credenciamento e apresentar, se for o caso, nova documentação para substituir aquela que porventura estiver com prazo de validade expirado.

## **12 – DO PREÇO E DA FORMA DE REMUNERAÇÃO:**

12.1. Considerando que o(a) leiloeiro(a) credenciado(a) não será remunerado(a) pela guarda e conservação dos bens inservíveis, terá direito a receber a comissão de 5% para bens móveis inservíveis, a ser paga pelo arrematante, nos termos do Decreto nº 21.981, de 1923.

12.2. Não cabe ao MUNICÍPIO DE Córrego Fundo/MG qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo(a) LEILOEIRO(A) para recebê-la.

12.3. Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda por erro nas publicações legais, ou ainda, no caso do leilão público ser suspenso por determinação judicial, o percentual será devolvido ao arrematante pelo(a) LEILOEIRO(A), sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte do MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG.

12.4. O(A) LEILOEIRO(A) será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados.

## **13 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

### **13.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG:**

13.1.1. Assegurar o livre acesso ao(a) Leiloeiro(a) e seus prepostos, quando devidamente identificados, aos locais onde estão os bens móveis inservíveis;

13.1.2. Apresentar o Edital de Leilão, com as regras concernentes à regular execução de cada evento.

13.1.3. Fornecer ao(a) Leiloeiro(a) os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências;

13.1.4. Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;

13.1.5. Notificar o(a) leiloeiro(a), por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço prestado.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

13.1.6. Avaliar as instalações e aparelhamento técnico-operacional que serão utilizadas no leilão.

13.1.7. Disponibilizar a documentação necessária para emissão de certificado de arrematação.

13.1.8. Aprovar a avaliação dos bens realizados pelo leiloeiro.

13.1.9. Arcar com as despesas previstas no § 2º do Art. 42 do Decreto 21.981/32 referente às publicações previstas na Lei 8.666/93.

## 14 – OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A):

### 14.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO(A) LEILOEIRO(A):

14.1.1. Realizar o Leilão em dia e hora previamente designados pela Comissão de Leilão do Município de Córrego Fundo dentro das normas do Termo de Credenciamento, no local e forma acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;

14.1.2. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, de acordo com o especificado no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas em contrato;

14.1.3. Executar os serviços por meio de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas;

14.1.4. Não se pronunciar em nome do MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados;

14.1.5. Realizar os leilões de acordo com expressa determinação do **CONTRATANTE**, e nas datas aprezadas em conjunto.

14.1.6. Dar ciência ao MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

14.1.7. Corrigir imediatamente qualquer falha verificada na execução dos serviços;

14.1.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;

14.1.9. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas em contrato;

14.1.10. Fornecer o relatório final de cada leilão que deverá conter, no mínimo, descrição dos móveis, valor de avaliação, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de não arrematados (desertos);



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

14.1.11. O(A) leiloeiro(a) deverá possuir condições de realização do leilão de forma presencial simultaneamente ao leilão realizado pelo sistema informatizado - leilão online, em tempo real, se esta forma se mostrar vantajosa para a Administração.

14.1.12. O(A) leiloeiro(a) deverá possuir site próprio para a divulgação dos leilões que serão realizados, conforme contrato firmado.

14.1.13. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos procedimentos necessários à realização dos Leilões, dentre eles: divulgação em site próprio, na internet, por no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização do leilão; locação de instalações/equipamentos; contratação de mão-de-obra; segurança para o evento, bens, valores recebidos e seguros; outras formas de divulgação do leilão. Excetuam-se deste rol as despesas de responsabilidade do Contratante previstas em lei, especialmente as previstas no art. 42, §2º do Decreto 21.981/32. A divulgação também deverá ser realizada através de todos os meios de comunicação digital necessários para a venda, tais como, SMS, INTERNET, REDES SOCIAIS (facebook, instagan, etc), WHATSAPP, e por pelo menos um dos meios apresentados a seguir: mala-direta, faixas, publicação em jornal de grande circulação, jornal local ou regional, rádio, folders e/ou panfletos.

14.1.14. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos procedimentos descritos nas cláusulas 14.1.11/14.1.13;

14.1.15. Divulgação de todos os bens móveis inservíveis que serão vendidos, pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da realização do leilão;

14.1.16. Locação de equipamentos; contratação de mão-de-obra; outras formas de divulgação do leilão;

14.1.17. Eximir o **CONTRATANTE** da comissão prevista no art. 24 do Decreto nº 21.981/32, conforme exposto no §2º do art. 42 do referido Decreto. Estar ciente que o percentual pago pelos serviços prestados deverá ser pago pelo arrematante do bem no leilão, na proporção 5% (cinco por cento) dos bens móveis inservíveis do valor da arrematação, não sendo devido ao **CONTRATANTE** qualquer pagamento pelos serviços realizados.

14.1.18. Não utilizar o nome do MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, ou sua qualidade de credenciado deste, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, etc., com exceção da divulgação do evento específico;

14.1.19. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório (art. 55, XIII, da Lei nº 8666/93);

14.1.20. Ressarcir todo e qualquer dano que causar ao MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG;



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

14.1.21. Responder perante o MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG por qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus prepostos, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

14.1.22. Realizar o leilão através de projeção, com demonstração de fotografias dos bens móveis inservíveis;

14.1.23. Dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos.

14.1.24. O(A) leiloeiro(a) Oficial não poderá ser substituído(a) por terceiro que não esteja no rol dos leiloeiros habilitados.

14.1.25. Listar, contar, relacionar, lotear e **elaborar laudo técnico de avaliação contendo o as características, o estado de conservação e valor estimado do (s) bem (s) para a venda dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias** e submetê-lo à aprovação do Chefe do Executivo.

14.1.26. Identificar e selecionar os bens, organizando os lotes, contribuindo para facilitar o leilão, bem como para a sua avaliação, tudo sob a coordenação e aprovação do Contratante.

14.1.27. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste contrato.

14.1.28. Acompanhar a visita dos interessados ao local onde se encontrarem os bens a serem leiloados.

14.1.29. Orientar o arrematante, quando se tratar de venda de veículo automotor, **que o mesmo deverá transferir a titularidade da documentação para o seu nome no prazo de até 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência**, cumprindo se necessária, as exigências legais do DETRAN.

14.1.30. Quando se tratar de venda de veículo automotor, **acompanhar para que o arrematante venha a transferir a titularidade do documento para si, no prazo de 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência**, cumprindo assim as exigências do DETRAN.

14.1.31. Providenciar a descaracterização dos veículos deste Município de Córrego Fundo/MG, arrematados.

## 15 – DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO:

### 15.1. DO PRAZO



## MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

15.1.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

15.1.2. O prazo de vigência do Contrato iniciará no ato de sua assinatura e vigorará até a efetiva prestação de contas.

### 15.2. DA FISCALIZAÇÃO

15.2.1. A fiscalização da execução do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Fazenda.

### 16 - DAS SANÇÕES:

**16.1** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, sendo-lhe franqueado vista ao processo.

**16.2** Por infração a normas legais e de credenciamento, obedecido ao artigo 109 da Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, será cancelado o credenciamento nos seguintes casos:

**16.2.1** Recusa injustificada em assinar o contrato para realização do leilão;

**16.2.2** Rescisão contratual a que tenha dado causa;

**16.2.3** Omissão de informações, ou a prestação de informações inverídicas;

**16.2.4** Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

**16.2.5** Demais hipóteses de impedimento previstas no Edital e seus anexos, neste contrato e na legislação que disciplina a matéria.

**16.3** A recusa do Leiloeiro Oficial credenciado em assinar o contrato, ou retirar o instrumento, dentro do prazo estabelecido neste Edital, bem como o atraso e/ou sua inexecução total ou parcial, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida, passível da aplicação das seguintes sanções:

**16.3.1** Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

**16.3.2** Multa, moratória ou indenizatória, nos seguintes percentuais:

**16.3.2.1** 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, sobre o valor total da avaliação dos bens a serem leiloados;

**16.3.2.2** 10% (dez por cento) sobre o valor dos bens avaliados, destinados a leilão, no caso de:

a) Recusa injustificada em executar o objeto;

b) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

c) Desatender às determinações da fiscalização;

**16.3.2.3** 10% (dez por cento) sobre o valor dos bens avaliados e destinados a leilão, no caso de:

a) Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços contratados;

b) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé venha causar dano ao Município ou a terceiros, independente da obrigação do contratado em reparar os danos causados;

c) Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado;

d) Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no edital e seus anexos;

e) Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras sanções.

**16.3.2.3** O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 20% (vinte por cento) do valor dos bens avaliados e destinados a leilão.

**16.3.2.4** Caso o Leiloeiro Oficial contratado não tenha nenhum valor a receber, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda, a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

**16.3.2.5** As multas previstas neste subitem não eximem o Leiloeiro Oficial credenciado e contratado da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

**16.3.3** Suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal.

**16.3.4** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

**16.3.5** Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a contratada ao pagamento de indenização à contratante por perdas e danos.

**16.4** As sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.





MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

16.5 Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

## 17 – DA RESCISÃO:

17.1. A **CONTRATADA** reconhece, nos termos do art. 55, IX da Lei 8.666/93, os direitos do **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 a 80 do mesmo diploma legal.

17.2. O Contrato está sujeito à rescisão, desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no art. 78, da Lei 8.666/93, a qual as partes expressamente se submetem, podendo a rescisão ser determinada:

17.2.1 Por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, e XVII do citado artigo, quando nenhuma indenização será devida a **CONTRATADA**;

17.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, havendo conveniência para o **CONTRATANTE**;

17.2.3 Judicial nos termos da Lei.

## 18 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. A critério do Município de Córrego Fundo-MG, o presente chamamento público poderá ser:

18.1.1 adiado, por conveniência exclusiva da Administração;

18.1.2 revogado, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

18.1.3 anulado, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

18.2. O município de Córrego Fundo poderá, em qualquer fase, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento.

18.3. A **CONTRATADA** é responsável pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

18.4. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade contratante poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital, no contrato e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

18.5. A participação neste credenciamento implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

18.6. A Comissão Permanente de Licitação poderá, no interesse do MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, relevar omissões puramente formais nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

18.7. As multas e outras sanções somente poderão ser relevadas pelo MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, nos casos de força maior, que deverão ser devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa o licitante vencedor.

18.8. É vedado ao(a) **CONTRATADO(A)** subcontratar total ou parcialmente o objeto deste processo.

18.9. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

18.10. Outras informações sobre o presente procedimento e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação do Município de Córrego Fundo, situado na Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, Mizael Bernardes, Córrego Fundo-MG, telefone no preâmbulo deste Edital.

18.11. Os casos omissos do presente Edital serão solucionados pelo (a) Presidente da CPL.

18.12. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações, na Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, Bairro Mizael Bernardes, CEP 35.568-000 na cidade de Córrego Fundo-MG. Maiores informações na sede da Prefeitura no endereço acima, ou através do Telefone (37) 3322-9202 – Ramal 211 e *e-mail* pregoescorregofundo@gmail.com.

18.13. Fica eleito o foro da comarca de Formiga/MG, para dirimir questões que porventura se originem do presente Credenciamento, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.14. São anexos deste edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição:

Anexo I – Modelo de Procuração;

Anexo II – Modelo de Requerimento;

Anexo III – Modelo de Declaração de Fato Impeditivo de Habilitação;

Anexo IV – Modelo de Declaração que não Emprega Menor;

Anexo V – Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo VI – Modelo de Declaração de Exercício Regular da Profissão;

Anexo VII – Modelo de Declaração de Conhecimento do Edital;

Anexo VIII – Minuta do Contrato;

Anexo IX – Modelo de Declaração que não emprega servidor;

Anexo X – Termo de Referência;

**Córrego Fundo/MG, 31 de maio de 2022.**

**Tamiris Eduarda de Castro**  
**Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

**Elisiany de Faria**  
**Controladora**



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO  
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144  
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes  
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

## ANEXO I

### MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento outorgo poderes a(o) Sr.(a) ....., neste ato representante do Sr. ...., portador (a) do documento de Identidade n.º ....., CPF n.º ....., para participar das reuniões relativas ao Credenciamento nº 002/2022 o (a) qual está autorizado (a) a requerer vista de documentos e propostas, manifestar-se em meu nome, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, a que tudo daremos por firme e valioso.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.

---

NOME E ASSINATURA  
(FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO<sup>2</sup>)

---

<sup>2</sup> **NOTA EXPLICATIVA:** nos termos da Lei 13.726/18, é dispensada a exigência de: I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO  
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144  
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes  
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

## ANEXO II

### MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Nome do(a) leiloeiro(a): \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Matrícula na Junta Comercial: \_\_\_\_\_  
Data de inscrição: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pelo presente, o(a) leiloeiro(a) oficial acima identificado(a) vem requerer seu credenciamento em conformidade com o Edital para Credenciamento nº 002/2022 do município de Córrego Fundo/MG.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.

NOME E ASSINATURA



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO  
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144  
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes  
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, (profissão) \_\_\_\_\_, leiloeiro oficial inscrito \_\_\_\_\_, residente a \_\_\_\_\_ **DECLARO**, sob as penas da lei, a inexistência de fatos impeditivos que obstaculizem a habilitação no **Credenciamento nº 002/2022** do Município de Córrego Fundo/MG.

Por ser verdade, firmo a presente.

**Local e data**

**Assinatura e CPF**



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO  
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144  
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes  
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

#### ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

O abaixo assinado, **DECLARA** ao Município de PIMENTA/MG, e para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

( ) Sim

( ) Não

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.

\_\_\_\_\_  
NOME E ASSINATURA





MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO  
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144  
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes  
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

O abaixo assinado, **Declara**, sob as penas da lei, para fins de participação no Credenciamento nº 002/2022 que não foi declarado(a) inidôneo(a) nem suspenso(a) do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.

\_\_\_\_\_  
NOME E ASSINATURA



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO  
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144  
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes  
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO QUE ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

\_\_\_\_\_, Leiloeiro(a) Oficial, portador(a) da matrícula na JUCEMG número\_\_\_\_\_, da cédula de identidade número\_\_\_\_\_, e do CPF número\_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, à Rua/Avenida\_\_\_\_\_, nº\_\_\_\_\_, Bairro\_\_\_\_\_,  
**DECLARA**, sob as penas da Lei, que não encontra-se destituído(a), suspenso(a), ou impedido(a) de exercer a função de Leiloeiro(a) Oficial.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.

\_\_\_\_\_  
NOME E ASSINATURA



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO  
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144  
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes  
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL, SEUS ANEXOS, INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS**

O abaixo assinado, declara, conhecer e estar de acordo com o edital de Credenciamento nº 002/2022 e seus anexos a eles se obrigando na integralidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.

\_\_\_\_\_  
NOME E ASSINATURA



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mízael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

### ANEXO VIII

#### MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº ...../2022

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO E O LEILOEIRO \_\_\_\_\_**

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 01.614.862/0001-77 com sede administrativa na Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, na cidade de Córrego Fundo – MG, neste ato representado pelo Prefeito, **Danilo Oliveira Campos**.

**CONTRATADA:** ....., inscrito no CPF sob o número ..... residente e domiciliado na ....., nº ....., Bairro na cidade de ....., neste ato representada pelo seu sócio .....

#### **DOS FUNDAMENTOS**

O presente instrumento decorre do Edital de Credenciamento nº 002/2022, na Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 8.934/94; pelos Decretos Federais nº 21.981/32 e 1.800/96; pela Instrução Normativa nº 113 de 28 de abril de 2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), observadas as alterações introduzidas nos referidos diplomas normativos e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas condições estabelecidas no Edital Convocatório e seus Anexos, que fica fazendo parte deste instrumento para todos os fins e efeitos de direito.

Este contrato visa principalmente a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e observará os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e dos que lhes são correlatos.

O presente contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe supletivamente, e especialmente nos casos omissos, o princípio da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

***As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado, o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e as cláusulas e condições descritas no presente, conforme Credenciamento nº 0xx/2022, vinculando-se ao referido Edital.***

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO:**

**1.1.** Constitui objeto do presente instrumento a **prestação de serviços de Leiloeiro(a) Oficial para avaliação e alienação, via leilão online e/ou presencial, de bens móveis inservíveis, de propriedade do MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG**, pelo período de 12 (doze) meses, por meio de licitação na modalidade de leilão público, conforme especificações estabelecidas no Termo de



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

Referência constante do Anexo X do Edital de **Credenciamento nº 0xx/2022** que fica fazendo parte integrante do presente instrumento independentemente de transcrição.

## 1.2. O presente Contrato fundamenta-se:

1.2.1. Na Constituição Federal de 1988; Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações; pela Lei nº 8.934/94; pelos Decretos Federais nº 21.981/32 e 1.800/96; pela Instrução Normativa nº 113 de 28 de abril de 2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC); observadas as alterações posteriores;

1.2.2. Nos preceitos de direito público;

1.2.3. Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

## 1.3 O presente Contrato vincula-se aos termos:

1.3.1 Do Edital de credenciamento de Leiloeiro Oficial do Município de Córrego Fundo/MG nº 02/2022, da proposta de credenciamento e rol de sorteados e Processo nº ...../..... - Inexigibilidade nº ...../.....

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. O serviço do(a) **CONTRATADO(A)** será solicitado, quantas vezes forem necessárias, durante a vigência do contrato, pela Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Fazenda, que também determinará as datas e demais condições deste e de outros leilões, se forem necessários.

2.2. O **CONTRATANTE** disponibilizará ao(a) **CONTRATADO(A)** o Modelo de Edital acrescido dos Anexos do processo licitatório de alienação de bens móveis, contendo a relação dos bens a serem leiloados e o valor mínimo a ser aceito como lance nos leilões.

2.3. O objeto de cada leilão será individualizado por lote, correspondente ao bem móvel que será(ão) leiloado(s), nos termos do Edital que será disponibilizado.

2.4. No caso de bens móveis não serem arrematados (vendidos) no primeiro leilão, o(a) **CONTRATADO(A)** deverá realizar um segundo leilão.

2.5. O primeiro leilão deverá ocorrer na data prevista na Ordem de Serviço própria emitida pelo **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

2.6. O segundo leilão, quando for o caso, deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias a contar da data da realização do primeiro leilão.

2.7. O resultado do primeiro leilão e do segundo leilão, se houver, deverá ser informado ao **CONTRATANTE** pelo(a) **CONTRATADO(A)**, mediante Ofício, em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da respectiva sessão pública, para as providências cabíveis.

2.8. É de responsabilidade do(a) **CONTRATADO(A)** a publicidade legal, na forma da legislação específica.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

2.9. O(A) **CONTRATADO(A)** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Fazenda, em até 05 (cinco) dias úteis após a realização do leilão, dossiê de arrematação dos bens ou de leilão deserto, contendo os seguintes documentos:

2.9.1. Ata de leilão, após a realização do certame, que deverá conter pelo menos:

2.9.1.1 data do leilão;

2.9.1.2 número e descrição do lote;

2.9.1.3 conforme o caso:

2.9.1.3.1 valor do lance inicial e de arrematação de cada lote;

2.9.1.3.2 declaração de ausência de propostas ou de propostas válidas;

2.9.1.4 valor total alcançado no leilão;

2.9.1.5 Termo de Arrematação e Carta de Arrematação, se for o caso;

2.9.1.6 Recibo da comissão paga pelo arrematante, se for o caso;

2.9.1.7 Termo de Declaração de Leilão Deserto, se for o caso;

2.10. Caso se constate alguma irregularidade nos documentos emitidos pelo(a) **CONTRATADO(A)** estes serão devolvidos para correção e devolução ao **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Fazenda, em 02 (dois) dias úteis.

2.11. O não cumprimento dos prazos expressos nos itens 2.9. e 2.10. configura descumprimento de obrigação contratual e dará causa às penalidades cabíveis.

2.12. O **CONTRATADO(A)** deverá possuir sistema informatizado que o(a) permita realizar o leilão on line, via web browser (Internet) em tempo real, com estrutura para realizar, simultaneamente o leilão de forma presencial, se esta condição for vantajosa para a Administração, para ampliação do número interessados, caso em que a realização de leilão, na forma presencial, será devidamente solicitada e justificada.

2.13. O **CONTRATADO(A)** deverá divulgar através de todos os meios de comunicação digital necessários para a venda, tais como, SMS, INTERNET, REDES SOCIAIS (facebook, instagran, etc), WHATSAPP, e por pelo menos um dos meios apresentados a seguir: mala-direta, faixas, publicação em jornal de grande circulação, jornal local ou regional, rádio, folders e/ou panfletos, cujos custos serão de responsabilidade exclusiva do(a) **CONTRATADO(A)**.

2.14. **Local de execução dos serviços:**

2.14.1. O **CONTRATADO(A)** deverá executar os serviços objeto deste contrato on line, via web browser (Internet) em tempo real e, no local determinado pela Administração Municipal, caso se realize simultaneamente o leilão de forma presencial e online.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA FORMA DE REMUNERAÇÃO:**

3.1. O **CONTRATADO(A)** obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, recebendo a título de comissão, a taxa de 5% para bens móveis, calculada sobre a venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, não cabendo a **CONTRATANTE** a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo comprador, nem pelos gastos despendidos pelo(a) **CONTRATADO(A)** para recebê-la.





MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

3.2. Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda por erro nas publicações legais, ou ainda, no caso do leilão público ser suspenso por determinação judicial, o percentual será devolvido ao arrematante pelo(a) **CONTRATADO(A)**, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte do **CONTRATANTE**.

3.3. O **CONTRATADO(A)** será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços objeto deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

##### **4.1 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG**

- 4.1.1 Assegurar o livre acesso ao(a) Leiloeiro(a) e seus prepostos, quando devidamente identificados, aos locais onde estão os bens móveis inservíveis;
- 4.1.2 Apresentar o Edital de Leilão, com as regras concernentes a regular execução de cada evento.
- 4.1.3 Fornecer ao(a) Leiloeiro(a) os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências;
- 4.1.4 Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;
- 4.1.5 Notificar o(a) leiloeiro(a), por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do serviço prestado.
- 4.1.6 Avaliar as instalações e aparelhamento técnico-operacional que serão utilizadas no leilão.
- 4.1.7 Disponibilizar a documentação necessária para emissão de certificado de arrematação.
- 4.1.8 Aprovar a avaliação dos bens realizados pelo leiloeiro.
- 4.1.9 Arcar com as despesas previstas no § 2º do Art. 42 do Decreto 21.981/32 referente às publicações previstas na Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A):**

##### **5.1 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO(A) LEILOEIRO(A):**

- 5.1.1 Realizar o Leilão em dia e hora previamente designados pela Comissão de Leilão do Município de Córrego Fundo dentro das normas do Termo de Credenciamento, no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;
- 5.1.2 Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, de acordo com o especificado no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas em contrato;
- 5.1.3 Executar os serviços por meio de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas;
- 5.1.4 Não se pronunciar em nome do MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados;
- 5.1.5 Realizar os leilões de acordo com expressa determinação do **CONTRATANTE**, e nas datas apazadas em conjunto.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

- 5.1.6 Dar ciência ao MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- 5.1.7 Corrigir imediatamente qualquer falha verificada na execução dos serviços;
- 5.1.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
- 5.1.9 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas em contrato;
- 5.1.10 Fornecer o relatório final de cada leilão que deverá conter, no mínimo, descrição dos móveis, valor de avaliação, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de não arrematados (desertos);
- 5.1.11 O(A) leiloeiro(a) deverá possuir sistema informatizado que o(a) permita realizar o leilão on line, via web browser (Internet) em tempo real, com estrutura para realizar, simultaneamente o leilão de forma presencial, se esta condição for vantajosa para a Administração, para ampliação do número interessados, caso em que a realização de leilão, na forma presencial, será devidamente solicitada e justificada.
- 5.1.12 O(A) leiloeiro(a) deverá possuir site próprio para a divulgação dos leilões que serão realizados, conforme contrato firmado.
- 5.1.13 Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos procedimentos necessários à realização dos Leilões, dentre eles: divulgação em site próprio, na internet, por no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização do leilão; locação de instalações/equipamentos; contratação de mão-de-obra; segurança para o evento, bens, valores recebidos e seguros; outras formas de divulgação do leilão. Excetuam-se deste rol as despesas de responsabilidade do Contratante previstas em lei, especialmente as previstas no art. 42, §2º do Decreto 21.981/32. A divulgação também deverá ser realizada através de todos os meios de comunicação digital necessários para a venda, tais como, SMS, INTERNET, REDES SOCIAIS (facebook, instagran, etc), WHATSAPP, e por pelo menos um dos meios apresentados a seguir: mala-direta, faixas, publicação em jornal de grande circulação, jornal local ou regional, rádio, folders e/ou panfletos.
- 5.1.14 Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos procedimentos descritos nas cláusulas 14.1.11/14.1.13;
- 5.1.15 Divulgação de todos os móveis inservíveis que serão vendidos, pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da realização do leilão;
- 5.1.16 Locação de equipamentos; contratação de mão-de-obra; outras formas de divulgação do leilão;
- 5.1.17 Eximir o **CONTRATANTE** da comissão prevista no art. 24 do Decreto nº 21.981/32, conforme exposto no §2º do art. 42 do referido Decreto. Estar ciente que o percentual pago pelos serviços prestados deverá ser pago pelo arrematante do bem no leilão, na proporção 5% (cinco por cento) dos bens móveis inservíveis do valor da arrematação, não sendo devido ao **CONTRATANTE** qualquer pagamento pelos serviços realizados.
- 5.1.18 Não utilizar o nome do MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, ou sua qualidade de credenciado deste, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, etc., com exceção da divulgação do evento específico;
- 5.1.19 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório (art. 55, XIII, da Lei nº 8666/93);
- 5.1.20 Ressarcir todo e qualquer dano que causar ao MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG;
- 5.1.21 Responder perante o MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços, bem como pelos contratos de



## MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

trabalho de seus prepostos, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

**5.1.22** Realizar o leilão através de projeção, com demonstração de fotografias dos bens móveis inservíveis;

**5.1.23** Dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda), como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor e da liquidez dos mesmos.

**5.1.24** O(A) leiloeiro(a) Oficial não poderá ser substituído(a) por terceiro que não esteja no rol dos leiloeiros habilitados.

**5.1.25** Listar, contar, relacionar, lotear e elaborar laudo técnico de avaliação contendo o as características, o estado de conservação e valor estimado do (s) bem (s) para a venda dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias e submetê-lo à aprovação do Chefe do Executivo.

**5.1.26** Identificar e selecionar os bens, organizando os lotes, contribuindo para facilitar o leilão, bem como para a sua avaliação, tudo sob a coordenação e aprovação do Contratante.

**5.1.27** Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste contrato.

**5.1.28** Acompanhar a visita dos interessados ao local onde se encontrarem os bens a serem leiloados.

**5.1.29** Orientar o arrematante, quando se tratar de venda de veículo automotor, que o mesmo deverá transferir a titularidade da documentação para o seu nome no prazo de até 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo se necessária, as exigências legais do DETRAN.

**5.1.30** Quando se tratar de venda de veículo automotor, acompanhar para que o arrematante venha a transferir a titularidade do documento para si, no prazo de 30 (trinta) dias da data informada no documento de transferência, cumprindo assim as exigências do DETRAN.

**5.1.31** Providenciar a descaracterização dos veículos deste Município de Córrego Fundo/MG, arrematados.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO:**

6.1. Em atenção ao art. 67, da Lei Federal 8.666/93, o fiscal do presente instrumento será o secretário da pasta requisitante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

7.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com termo inicial em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e termo final em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**8.1** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, sendo-lhe franqueado vista ao processo.

**8.2** Por infração a normas legais e de credenciamento, obedecido ao artigo 109 da Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, será cancelado o credenciamento nos seguintes casos:



**MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO**

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizaél Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

**8.2.1** Recusa injustificada em assinar o contrato para realização do leilão;

**8.2.2** Rescisão contratual a que tenha dado causa;

**8.2.3** Omissão de informações, ou a prestação de informações inverídicas;

**8.2.4** Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

**8.2.5** Demais hipóteses de impedimento previstas no Edital e seus anexos, neste contrato e na legislação que disciplina a matéria.

**8.3** A recusa do Leiloeiro Oficial credenciado em assinar o contrato, ou retirar o instrumento, dentro do prazo estabelecido neste Edital, bem como o atraso e/ou sua inexecução total ou parcial, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida, passível da aplicação das seguintes sanções:

**8.3.1** Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

**8.3.2** Multa, moratória ou indenizatória, nos seguintes percentuais:

8.3.2.1 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, sobre o valor total da avaliação dos bens a serem leiloados;

8.3.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor dos bens avaliados, destinados a leilão, no caso de:

d) Recusa injustificada em executar o objeto;

e) Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;

f) Desatender às determinações da fiscalização;

8.3.2.3 10% (dez por cento) sobre o valor dos bens avaliados e destinados a leilão, no caso de:

f) Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços contratados;

g) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé venha causar dano ao Município ou a terceiros, independente da obrigação do contratado em reparar os danos causados;

h) Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado;

i) Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no edital e seus anexos;

j) Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras sanções.



## MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

8.3.2.4 O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 20% (vinte por cento) do valor dos bens avaliados e destinados a leilão.

8.3.2.5 Caso o Leiloeiro Oficial contratado não tenha nenhum valor a receber, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda, a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

8.3.2.6 As multas previstas neste subitem não eximem o Leiloeiro Oficial credenciado e contratado da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

8.3.3 Suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal.

8.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

8.3.5 Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a contratada ao pagamento de indenização à contratante por perdas e danos.

8.4 As sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

8.5 Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

## CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. A **CONTRATADA** reconhece, nos termos do art. 55, IX da Lei 8.666/93, os direitos do **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 a 80 do mesmo diploma legal.

9.2. O Contrato está sujeito à rescisão, desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no art. 78, da Lei 8.666/93, a qual as partes expressamente se submetem, podendo a rescisão ser determinada:

- a) Por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, e XVII do citado artigo, quando nenhuma indenização será devida a **CONTRATADA**;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, havendo conveniência para o **CONTRATANTE**;
- c) Judicial nos termos da Lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

10.1. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:**

11.1. Fica eleito o foro da comarca de Formiga/MG, para dirimir questões que porventura se originem do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste Contrato.

**Córrego Fundo/MG, ..... de ..... de 2022.**

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO**

**CNPJ: 16.725.962/0001-48 – DANILO OLIVEIRA CAMPOS - PREFEITO**

**CONTRATANTE**

.....  
CNPJ: .....

**CONTRATADO(A)**

**TESTEMUNHAS:**

1 - \_\_\_\_\_

**CPF:**

2 - \_\_\_\_\_

**CPF:**



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO  
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144  
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes  
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

## ANEXO IX

### MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO É SERVIDOR

O abaixo assinado, **Declara**, sob as penas da lei, para fins de participação no Credenciamento nº 002/2022 que não é servidor do Município de Córrego Fundo/MG e nem possui familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) detentor de cargo comissionado no Município de Córrego Fundo em áreas com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto do presente Credenciamento ou detentor de cargo comissionado que atue na área demandante da licitação ou detentor de cargo comissionado que atue na área que realiza a licitação ou autoridade do Município hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.

---

NOME E ASSINATURA





MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO  
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144  
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes  
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

**ANEXO X**

**TERMO DE REFERÊNCIA – anexo em PDF**